

## INTERFACE RURAL-URBANA NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: Caso do Assentamento Rural Marapicú na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Autor: **Letícia THURMANN PRUDENTE**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Orientadora Heleniza Ávila Campos  
Email: lelearn@hotmail.com

### RESUMEN

O território contemporâneo é complexo e repleto de conflitos entre diferentes agentes produtores de espaço, principalmente em espaços de interface rural-urbana. Os conceitos de rural e urbano foram historicamente construídos a través de definições que priorizaram o urbano e desconsideraram o rural, promovendo uma visão urbano-centrada no planejamento territorial no Brasil. O artigo objetiva analisar o papel de um assentamento rural como um espaço de interface rural-urbana dentro de uma região metropolitana brasileira, usando como estudo de caso o Assentamento Marapicú, localizado no periurbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. São apresentadas algumas questões conceituais e descrito o processo de ocupação e de planejamento desse território. São múltiplas as facetas do rural, do urbano e suas interfaces, contudo ainda há uma visão homogeneizada de território no Brasil. A proposta é ampliar este debate, explicitando os conflitos de uso e ocupação do solo na produção do espaço.

**Palavras-chave:** interface rural-urbana, assentamento rural, região metropolitana, planejamento territorial.

### ABSTRACT

The contemporary territory is complex and full of conflicts between different agents producing space, mainly in areas of rural-urban interface. The rural and urban concepts were historically constructed through settings that prioritized the urban space and disregarded rural space, promoting an urban-centric view in territorial planning in Brazil. This study analyzes the role of a rural settlement as a rural-urban interface space within a Brazilian metropolitan region, using as a case study the settlement Marapicú, located in the peri-urban spaces of the metropolitan area of Rio de Janeiro. Some conceptual issues are presented and described the process of occupation and planning that territory. There are multiple facets of rural, urban and their interfaces, however there is still a homogenized view of territory in Brazil. The proposal is to extend this debate, explaining conflicts of use and occupation in the production of space.

**Key words:** rural-urban interface, rural settlement, metropolitan region, territorial planning.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir, a partir de um estudo de caso, duas questões sobre a interface rural-urbana metropolitana no Brasil: (i) as definições, relações e delimitações espaciais entre o rural e o urbano; e (ii) o papel dos espaços de interface rural-urbana no planejamento territorial metropolitano. Na primeira, busca-se quebrar com a visão dicotômica entre os conceitos de espaço rural e urbano, reconhecendo o valor do espaço rural. Na segunda, busca-se explorar as diferentes perspectivas dos agentes produtores de espaço, principalmente o Estado, em suas distintas escalas administrativas, e os movimentos sociais, no caso o movimento social rural.

Os espaços de interface rural-urbana explicitam os conflitos e as disputas sócio-espaciais de uso e ocupação do solo entre distintos agentes sociais. Um assentamento rural como um tipo de espaço de interface rural-urbana é fundamental para se vislumbrar as diferentes relações de interface existentes entre o rural e o urbano. Atualmente, novas interpretações sobre o território contemporâneo abrem visões mais complexas, sendo possível caracterizá-los como plurifuncionais e múltiplos, cuja a coexistência de espaço rural e urbano ocorre em um mesmo tempo-espaço (Haesbaert, 2012; Santos, 1994). São múltiplas as facetas do rural e do urbano, contudo ainda há uma visão no planejamento no Brasil voltada à homogeneização do território, a qual é mais explícita nos espaços de interface rural-urbana. Nesses espaços convergem os maiores problemas de planejamento territorial devido a sua complexidade.

O objetivo é analisar o papel de um assentamento rural como um espaço de interface rural-urbana dentro de uma região metropolitana brasileira, usando como estudo de caso o Assentamento Marapicú, localizado na interface rural-urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Parte-se da hipótese de que os espaços de interface rural-urbana não têm uma definição clara no Brasil e, por isso, não estão inseridos no planejamento territorial, principalmente na escala metropolitana de planejamento. As diretrizes de ordenamento territorial da escala metropolitana acabam utilizando a visão dicotômica entre os conceitos de rural e urbano, priorizando o primeiro e negligenciando o segundo. Busca-se, portanto, uma abordagem conceitual que vai além desta dicotomia.

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Serão apresentadas algumas questões conceituais e o processo de ocupação e de planejamento do território em questão, pertinentes ao início da pesquisa de campo.

## 1 [RE]DEFINIÇÕES DE RURAL, URBANO E RURAL-URBANO

Um dos grandes problemas nas relações entre o espaço urbano e rural são as controvérsias e as distorções entre os conceitos do que venha a ser urbano e rural no Brasil. Alguns autores apresentam dados diferenciados em relação aos espaços rurais e urbanos, afirmando que o território brasileiro é mais rural do que parece, como afirma Veiga (2002) e Souza (2010). Ambos os autores mostram que os dados utilizados para tais definições apresentam problemas conceituais e metodológicos. A grande maioria dos municípios brasileiros tem menos de 20.000 habitantes e possuem características de aglomerados rurais, porém são classificados como urbanos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o último senso brasileiro, a população urbana corresponde a cerca de 161 milhões de habitantes, enquanto a população a rural a cerca de 30 milhões, ou seja, 84% urbana e 26% rural (IBGE, 2010). O problema é que o IBGE considera população urbana os residentes em áreas urbanas, as quais que nem sempre têm essas características. Veiga (2002) aponta uma série de equívocos sobre esses dados, que provém de interpretações equivocadas sobre a realidade rural. Esse autor ressalta que 80% dos municípios brasileiros são na realidade rurais e tendem a seguir sendo rurais. Veiga (2002) e Souza (2010) ressaltam que o problema maior é que o IBGE não considera os critérios de densidade demográfica e de localização, assim como não levam em conta as características sócio-espaciais específicas. É considerado apenas o tamanho populacional de cada município para defini-lo como rural ou urbano.

Os conceitos de rural e de urbano, associados aos conceitos de campo e cidade, foram construídos historicamente de forma dicotômica e propositalmente de forma antagonica. O espaço rural até hoje é definido apenas como o espaço que não é urbano, que está fora do perímetro urbano da cidade. O rural segue sendo analisado por planejadores urbanos de forma homogênea, sem levar em consideração a multiplicidade de aspectos contemporâneos que têm sido atrelados ao conceito de rural. Além disso, de forma genérica, o rural continua associado a espaço de atraso, passado, rústico, entre outros pejorativos, enquanto o urbano a espaço moderno, futuro, tecnológico, etc. Até a segunda metade da década de 1990, o

rural era basicamente sinônimo de agrícola, atrelado à ideia produtivista de espaço. Porém, o território contemporâneo é múltiplo, seja rural ou urbano, e o rural contemporâneo vem sendo atualizado como um espaço heterogêneo, que vai além do agrícola, pois também é espaço de preservação ambiental, de paisagem cultural, de moradia e de atividades não agrícolas (Graziano da Silva, 1997; Veiga, 2002; Souza, 2010). O desafio é tentar superar essas definições enquanto duas categorias tradicionalmente analisadas em separado para definir ou, pelo menos, estabelecer um limiar que identifique melhor as multiplicidades do espaço rural, assim como do espaço urbano, bem como os espaços de interface rural-urbana na perspectiva territorial.

A perspectiva generalizada de uma expansão urbana inevitável sobre todo o território, como a teoria da Sociedade Urbana de Léfèbvre (1976), continua sendo difundida pela maioria dos autores, principalmente ligados às áreas de Geografia e de Planejamento Urbano e Regional. A expansão do urbano sobre o rural estaria expressa no território através da ideia de continuidade ou de um hibridismo espacial, sem distinções entre ambos o rural e o urbano (Léfèbvre, 1976, Harvey, 2005). Essa é a visão está relacionada diretamente ao poder hegemônico (econômico, político, cultural e simbólico) atribuído à cidade capitalista e à cultura urbana. Por outro lado, os autores voltados às áreas de Sociologia Rural e Agronomia apresentam releituras e novos olhares sobre o rural (Graziano da Silva, 1997; Carneiro, 1998). Porém, todos os autores, ressaltam que há necessidade de rever os conceitos de rural, urbano e suas relações, pois são múltiplas as interpretações e realidades sócio-espaciais existentes no território contemporâneo.

No Brasil, as novas atividades rurais, como as atividades industriais e segunda residência, por exemplo, foram os principais motivos para uma resignificação do espaço rural e sua relação com o urbano, conforme Graziano da Silva (1997) – precursor desse debate sobre o Novo Rural Brasileiro na década de 1930. A partir de então, conceitos como ruralidades e urbanidades vem sendo debatidos por alguns autores. A ruralidade foi atribuída ao renascimento do rural, justamente por sua resistência e capacidade de renovação de atividades, contrapondo à ideia de que a industrialização absorveria a produção agrícola e propiciaria uma urbanização completa da sociedade (Carneiro, 1998; Miranda, 2008). O modo de vida e de utilização do espaço rural passou a ser caracterizado como ruralidade, associada às novas atividades e às novas cadeias produtivas que têm transformado o uso e a ocupação do solo (Graziano da Silva, 1997). De qualquer forma, as atividades urbanas (urbanidades) têm cada vez mais permeado o rural, representadas por modelos econômicos de produção diferenciados dos tradicionais, devido aos novos sistemas de transporte, comunicação e tecnologias. Nesse contexto é que se encontra as novas interpretações para os espaços rurais, bem como para os espaços de encontro com o urbano, como os espaços de interface rural-urbana.

O problema é que ainda são poucos os aportes teóricos interdisciplinares sobre as distintas realidades de modos de vida rural e da interface rural-urbana. O espaço rural e suas relações com o espaço urbano têm sido foco das áreas de Economia, Geografia, Sociologia e Antropologia. Essas áreas que têm dado maior atenção e importância à complexidade do território e de suas repercussões no espaço, promovendo o diálogo entre o urbano e o rural. Porém, pouco têm repercutido nas questões de planejamento do territorionas áreas de Planejamento Urbano e Regional, gerando uma lacuna do conhecimento no Brasil.

## **2A INTERFACE RURAL-URBANA E O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

Os espaços de interface rural-urbana são mais explícitos em territórios periurbanos, os quais permanecem com pouca definição e sem uma identidade própria para o planejamento territorial no Brasil. O periurbano se caracteriza por territórios da periferia urbana, exteriores ou marginais ao sistema da cidade, cuja a presença dispersa e fragmentada de usos característicos do solo urbano e rural coexistem em um mesmo espaço, também denominados de áreas de transição rural-urbana (Sánchez, 2011; Miranda, 2008). Nesses espaços, não há um movimento social reconhecido como moradores rural-urbanos e sim, rural ou urbano, abrindo margem para conflitos de identificação perante planejadores e políticas públicas. Segundo Miranda (2008), devido a essa falta de identificação, associada à falta de clareza sobre os limites territoriais, são áreas que nem sempre acessam os recursos necessários, sendo carentes normalmente de serviços básicos.

Os conflitos e as disputas entre os diferentes agentes da produção do espaço ocorrem justamente nesses espaços mal definidos. Há atores sociais locais mobilizados pela sua permanência nesses locais, ao mesmo tempo em que há uma pressão por apropriação do solo rural e urbano, através do agronegócio e da especulação imobiliária, respectivamente. A especulação imobiliária urbana, por exemplo, tem aproveitado essa condição para ampliar os limites urbano, gerando um rápido ganho de capital sobre o solo rural que se

torna urbano. Há um descolamento de populações locais, seja rural ou rural-urbana, que vão ampliando cada vez mais novas bordas rural-urbana. O agronegócio tem substituído o modo de produção agrícola tradicional, como a agricultura familiar, com a ampliação de áreas de monocultura em grandes propriedades, o que vem promovendo o deslocamento da população rural em direção à borda rural-urbana. A falta de identificação desses conflitos e disputas de espaço gera uma invisibilidade dessa realidade rural-urbana para com as ações e diretrizes de planejamento territorial. Não há um reconhecimento formal legal que dê conta dessa situação, deixando uma parcela da população desassistida por programas, planos e planejamento territorial apropriado.

Os espaços de interface rural-urbana acabam sendo previstos apenas como áreas de expansão urbana pelo planejamento territorial, pois esse segue uma visão urbano-centrada da cidade capitalista, cujo objetivo tem sido o máximo aproveitamento do solo urbano para a geração de capital. Há uma priorização do solo urbano e uma desvalorização do solo rural, proveniente dos conceitos dualistas e antagônicos sobre o urbano e o rural criados historicamente. O solo urbano e a cultura urbana têm sido supervalorizados, enquanto as práticas e os modos de vida rural e rural-urbana estão sendo desconsiderados pelo planejamento urbano e regional. A definição da interface rural-urbana parte da concepção de que se formam espaços plurifuncionais e múltiplos, cujos usos do solo e atividades rurais e urbanas são desenvolvidos concomitantemente (Miranda, 2008; Sánchez, 2011; Haesbaert, 2012).

Mais agravante se tornam os territórios periurbanos intermunicipais devido a suas descontinuidades sócio-espaciais, porque há uma fragmentação do planejamento territorial na escala municipal e uma precariedade dos órgãos de gestão e planejamento metropolitanos. Desde a descentralização da política urbana no final dos anos de 1980 - legitimada pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que ampliaram a responsabilidade dos municípios perante o planejamento de seus territórios, o planejamento territorial acabou voltando-se cada vez mais à competitividade intermunicipal. Mesmo considerando que as diretrizes nacionais da política urbana brasileira são recentes, do início do século XXI, legalizadas pelo Estatuto da Cidade em 2001 e fortalecidas com a criação do Ministério da Cidade em 2003, foram poucos os avanços no planejamento territorial para além da escala urbana de cada município. Os planos diretores municipais acabaram sendo desenvolvidos desarticulados entre si, promovendo a fragmentação do planejamento territorial do espaço metropolitano.

Apesar de continuarem existindo os órgãos metropolitanos de planejamento e gestão, são poucos os que têm planos e programas efetivos de planejamento integrado. Por outro lado, dez anos depois do Estatuto da Cidade (marco legal da política urbana brasileira), com os 40 anos de existência das primeiras regiões metropolitanas, o Governo Federal retomou o debate metropolitano, dando ênfase à escala metropolitana, através da discussão de um marco legal da política metropolitana nacional – o Estatuto da Metrópole, sancionado em 2015 pela Lei Federal 13.089. A retomada do debate metropolitano promoveu a criação de novas regiões metropolitanas inclusive. Porém, há ainda uma lacuna e uma defasagem histórica, institucional e legal, a ser preenchida nessa escala de planejamento, tornando-se um novo desafio da política urbana e regional no País.

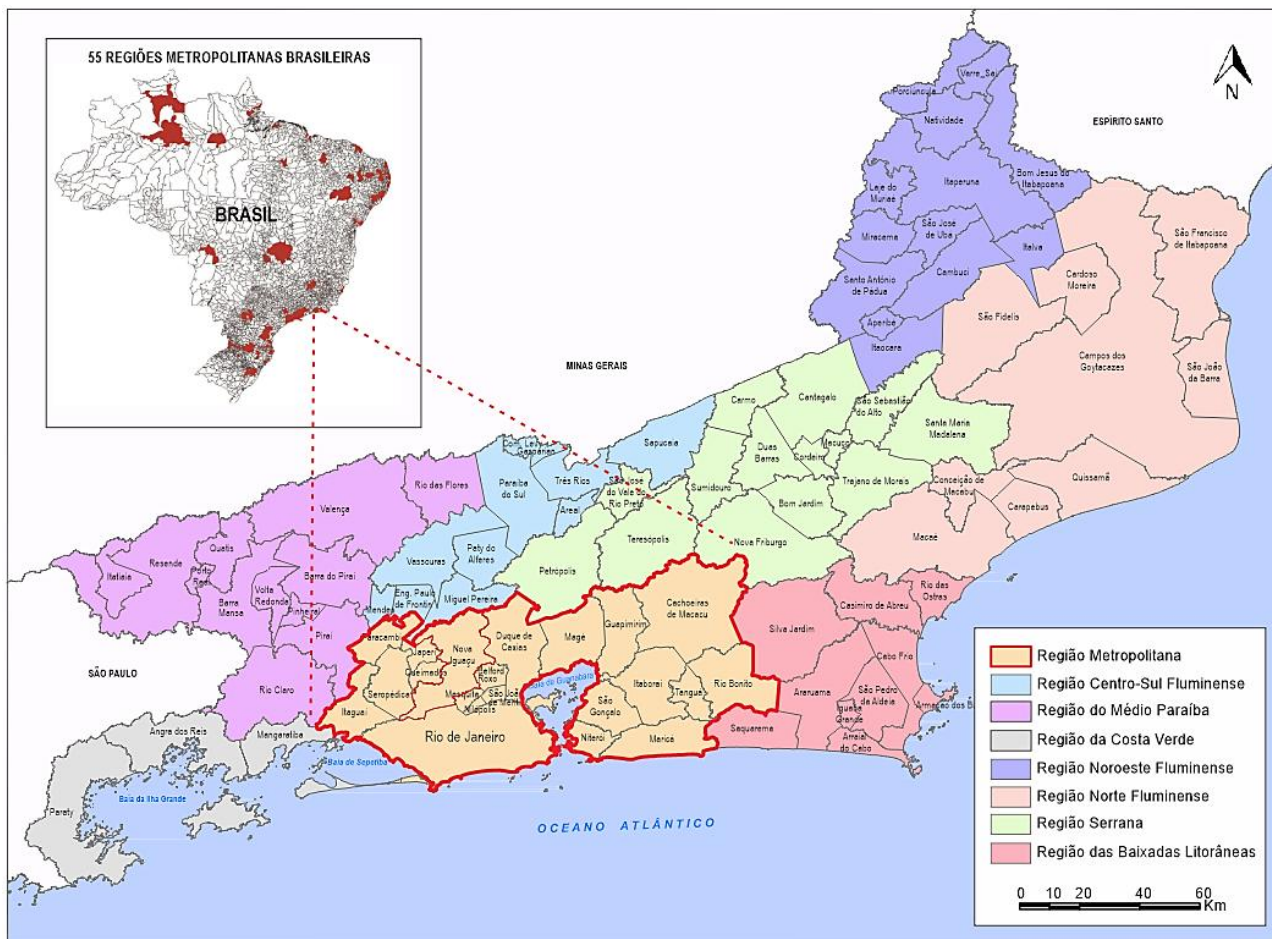
Neste contexto de fragmentação e descontinuidade do território metropolitano, bem como de exacerbação do espaço urbano no planejamento territorial, a maioria dos planos diretores municipais de regiões metropolitanas estão retirando o espaço rural de seu território, apesar de movimentos contrários de alguns atores sociais. Por outro lado, também há exemplos de processos de retorno do espaço rural em planos diretores, justamente devido a essa pressão social inserida em políticas públicas mais participativa de ordenamento territorial, a exemplo do estudo de caso a ser apresentado.

A tendência de retirar o espaço rural do planejamento se deve à falta de reconhecimento do papel desse espaço e conseqüentemente de suas interfaces com o urbano no território metropolitano. O espaço rural e o espaço de interface rural-urbana deveriam ser reconhecidos de forma diferenciada e inserida ao sistema de planejamento e gestão territorial metropolitana no Brasil. Deste modo, esse trabalho visa contribuir para ampliar esse debate e suprir algumas lacunas sobre as relações e delimitações entre o rural e o urbano no Brasil, através dos espaços de interface rural-urbana da metrópole contemporânea.

### **3 RMRJ EASSENTAMENTO MARAPICÚ: UM ESTUDO DE CASO**

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é uma das 55 regiões metropolitanas, localizada na Região Sudeste do Brasil, considerada uma metrópole nacional, segundo a Rede de Influência das Cidades (IPEA, 2013). A RMRJ ocupa 13% do território do estado do Rio de Janeiro, com 5.693km<sup>3</sup>, concentrando

75% da população e 70% do PIB estadual (IBGE, 2010). Não há atualmente um órgão específico de planejamento na escala metropolitana, sendo administrada desde 1987 pelo Governo Estadual como uma das oito Regiões Administrativas de Governo (CEPERJ, 2014). A figura 1 mostra a localização da RMRJ no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.



**Figura 1: Localização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)**  
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA (2013) e CEPERJ (2014)

A RMRJ é composta por 21 municípios, com um total estimado de 12 milhões de habitantes, dos quais 90% são definidos como população urbana pelo IBGE (2010). Historicamente foi marcada por inúmeros conflitos e disputas fundiárias, com forte atuação dos movimentos sociais que buscaram a reforma agrária e a reforma urbana. O Assentamento Marapicú, localizado no município de Nova Iguaçu, é um dos assentamentos rurais metropolitanos decorrente do processo de ocupação desse território metropolitano.

### 3.1 Processo de ocupação

A RMRJ foi criada em 1975, no mesmo ano em que o município do Rio de Janeiro, que era o antigo Estado da Guanabara, se unificou ao estado do Rio de Janeiro. O processo de ocupação do território metropolitano foi marcado historicamente por conflitos sócio-políticos em torno do direito ao acesso à terra, associados às grandes fazendas de cana-de-açúcar, café e outros produtos agrícolas destinados à exportação. O município de Nova Iguaçu foi um dos centros desses conflitos, pois era o principal município de uma sub-região periférica ao município do Rio de Janeiro, denominada de Baixada Fluminense.

Durante o século XX, segundo Alentejano (2005), o território estadual do Rio de Janeiro passou por dois processos que determinaram a organização do espaço: a *metropolização* e a *desruralização*, decorrentes das transformações e disputas fundiárias entre o espaço rural e urbano. A desruralização correspondeu ao esvaziamento econômico e demográfico da população rural, assim como à desvalorização política e cultural do modo de vida rural. Entre 1940 e 2000, quase 100% do território estadual havia sido considerado urbanizado, pois a taxa de urbanização passou de 61,2% para 96%, segundo os critérios estatísticos. A

população urbana cresceu de 2 milhões para 14 milhões de habitantes, dos quais 75% concentrava-se no território metropolitano. O autor distingue três períodos-chave para ambos os processos: (i) *impulso decisivo da metropolização*, entre 1940 à 1964; (ii) *auge da desruralização*, entre 1964 à 1980; e (iii) *desaceleração de ambos os processos*, entre 1980 à 2000. A Baixada Fluminense teve um papel fundamental nesses processos, pois se configurou no principal vetor de crescimento populacional, urbano e industrial, os quais ocorreram de forma intensa e conflituosa. Além, disso, também foi precursora das mobilizações e resistências da população rural em contraposição à metropolização e desruralização, pois tinha histórico de produção agrícola que abastecia o município do Rio de Janeiro.

No primeiro período, do *impulso decisivo da metropolização* (1940-1964), foram iniciadas as primeiras mobilizações de trabalhadores rurais, pois começaram a ser expulsos das terras da Baixada Fluminense, devido a um Plano Geral de Saneamento desenvolvido pelo Governo Federal. Esse plano visava a implantação de colônias agrícolas, que iriam configurar um cinturão verde para abastecer a capital federal na época (município do Rio de Janeiro), dada a proximidade e a facilidade de comunicação e escoamento de produção. Ao longo desse processo, houve uma supervalorização das propriedades rurais, as quais acabaram se transformando em inúmeros loteamentos urbanos, porém sem as adequadas condições de serviços e infraestrutura urbana previstas. Algumas dessas colônias agrícolas chegaram a serem criadas, mas rapidamente a sobreposição de interesses de especuladores imobiliários promoveu intensos conflitos pela posse de terra. Além dos proprietários rurais, que ganhavam com a valorização da terra para fins urbanos, surgiram também os grileiros (falsos proprietários), que tomavam posse de terras devolutas de forma ilegal, contribuindo com a retirada da população rural. Os principais confrontos desse período se deram entre o Governo Federal, associado ao plano governamental, que acabou sendo redefinido pelo capital imobiliário especulativo urbano, e as mobilizações dos trabalhadores rurais locais (Grynspan, 2012; Alentejano, 2005).

A década de 1950 foi o ápice da especulação imobiliária, via processos de loteamento das propriedades rurais na Baixada Fluminense. Esses processos foram iniciados em áreas vizinhas dos centros urbanos, com a construção de novos bairros, e expandidos para áreas rurais distantes. Ao mesmo tempo, essa década teve uma intensificação dos conflitos fundiários, através de manifestações, expulsões e ocupações de terras. Esse contexto marca profundamente o início da metropolização do território metropolitano, tendo como Nova Iguaçu um dos centros dos processos de luta contra o crescimento urbano e industrial sobre o espaço rural. Nesse município surgiram as primeiras associações de lavradores e ligas camponesas, que contribuíram para os primeiros debates sobre a reforma agrária no Brasil (Linhares et.al., 2002).

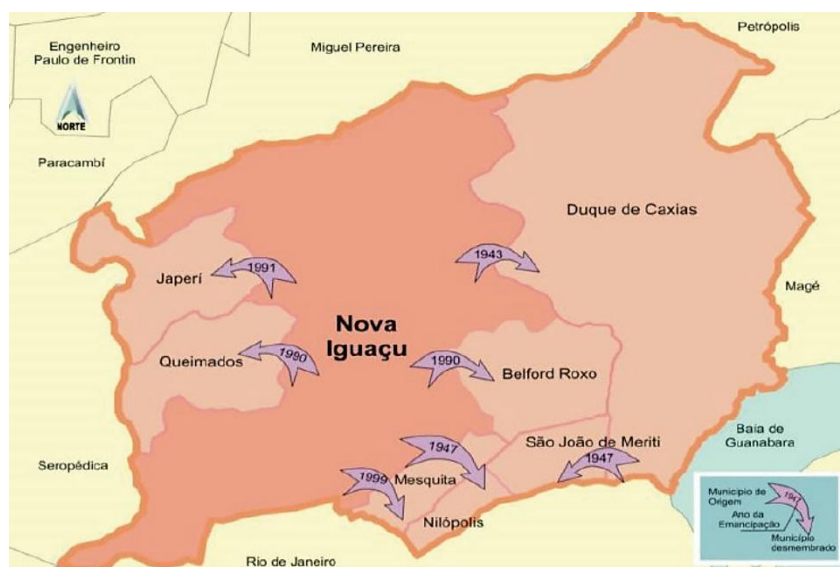
No segundo período, do *auge da desruralização* (1964-1979), com o golpe militar em 1964, muitas mobilizações sócio-políticas foram ameaçadas. As lideranças rurais e urbanas foram perseguidas. Os políticos que apoiavam a reforma agrária tiveram seus mandatos cassados. As desapropriações iniciadas no período anterior foram revistas pelo Governo Federal, o qual devolveu as áreas rurais da Baixada Fluminense aos antigos proprietários, argumentando que essa região tinha vocação para a expansão da malha urbana (Grynspan, 2012). Segundo Alentejano (2005), o auge da desruralização se deve ao avanço substancial da intensificação do processo de metropolização, assim como à desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, eliminando uma das poucas forças contrárias a metropolização e desruralização do território. Dessa forma, as ações estatais determinaram a organização do espaço, tanto rural quanto urbano. No rural houve um processo de penetração do capital pela concentração fundiária em conjunto com os incentivos à modernização da agricultura, transformando as relações de trabalho e de produção no campo. Muitos trabalhadores, assim, foram expulsos das grandes propriedades, migrando para a periferia rural-urbana. No urbano houve uma reconfiguração regional e novos recortes territoriais foram criados, como as regiões metropolitanas e suas agências estatais de planejamento e gestão.

O processo de metropolização se afirmou com o planejamento territorial voltado à escala metropolitana. A criação da RMRJ em 1975 legitimou a conurbação urbana intermunicipal metropolitana do Rio de Janeiro. Concomitante à criação da RMRJ, houve a unificação dos estados, citada anteriormente, que formou o atual estado do Rio de Janeiro. Ambos os processos tinham como objetivo recompor a ligação histórica entre o município do Rio de Janeiro e sua periferia, além de visar suprir a demanda habitacional da população pobre proveniente da capital. Com isso, Nova Iguaçu, assim como outros municípios da Baixada Fluminense, se caracterizou como cidade dormitório, reunindo grande parte da população economicamente ativa que trabalhava na capital metropolitana. A demanda por moradia aumentou em Nova Iguaçu, com a criação de novos loteamentos em áreas rurais, que geraram novos bairros distantes do centro urbano (Souza, 2013).

No terceiro período, de *desaceleração de ambos os processos* (1980-2000), o ritmo da expansão da urbanização e da produção industrial no território da RMRJ diminuiu. Porém, essa região se transformou no principal palco de conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro. A taxa de crescimento populacional na RMRJ reduziu de 11,67% entre 1980/1991 para 10,54% entre 1991/2000 (IBGE, 2010). Segundo Alentejano (2005), os conflitos se modificaram: nos anos de 1950-1960 resultaram da resistência dos trabalhadores rurais frente aos interesses da especulação imobiliária para a expansão urbana na periferia metropolitana (Baixada Fluminense); e, na década de 1980, da busca de alternativas de sobrevivência dos trabalhadores que se tornaram desempregados e subempregados dessa periferia.

Após golpe militar, com a redemocratização do País, os protestos e a mobilização de trabalhadores rurais retornaram e reivindicaram novamente a regularização fundiária das áreas ocupadas. Muitas dessas áreas continuaram à margem da urbanização metropolitana, permanecendo apenas ocupadas e abandonadas. Em 1984, houve a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, marcando essa nova fase, bem como a retomada da discussão sobre a reforma agrária. Na década de 1990, as ocupações de terras improdutivas nas áreas rurais foram ampliadas em todo o País, se transformando em um importante instrumento de luta. Essas ocupações também influenciaram o espaço urbano, pois os desempregados das cidades se deslocaram para o campo em busca de melhores condições de vida (Linhares et. al., 2002).

Em Nova Iguaçu, houve a instalação de novas famílias de agricultores, o que acabou promovendo uma redistribuição de terras rurais associada ao combate à falta de oportunidades de emprego e de moradia na área urbana desse município. Porém, essa situação ocorreu através de lutas, resistências e ocupações de trabalhadores mobilizados. Houve uma transformação do território municipal, que sofreu um processo de fragmentação espacial interno e externo. Os novos loteamentos seguiram se expandindo, porém em ritmo mais lento. Novas emancipações de distritos rurais, já iniciadas nos anos de 1940, voltaram a ocorrer nos anos de 1990, fomentadas pelo pacto federativo nacional, o qual promoveu a autonomia de novas escalas político-administrativa. A partir de Nova Iguaçu, foram criados os municípios de Japerim, Queimados, Belford Roxo e Mesquita, enquanto os de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis já haviam sido criados anteriormente. A figura 2 mostra os antigos limites da Baixada Fluminense, que eram coincidentes aos limites de Nova Iguaçu, e a evolução das emancipações das décadas de 90 e 40.



**Figura 2: Emancipações município de Nova Iguaçu (até 1991).**  
(Souza, 2013)

A maioria desses municípios emancipados constituía-se de áreas pobres, sem infraestrutura básica. Buscaram desmembrar-se de Nova Iguaçu, visando melhores recursos provenientes diretamente do Estado Nacional, porém pouco ocorreu. Para que Nova Iguaçu contivesse os processos emancipatórios, a Prefeitura Municipal elaborou em seu Planejamento Territorial a divisão do município em microunidades regionais, as com o objetivo dificultar que os distritos rurais conseguissem os requisitos mínimos para sua emancipação. Foram criadas, com esse planejamento, as Unidades Regionais de Governo (URG), as quais,

para se emancipar, deveriam construir uma identidade territorial, a qual era dificuldade devido às disputas e conflitos.

### 3.2 Situação Atual Metropolitana

A situação atual no território metropolitano seguiu como processos de metropolização e desruralização em ritmo lento até 2009, quando houve um retorno de políticas públicas habitacionais de baixa renda no País, favorecendo uma nova explosão imobiliária nos municípios periféricos metropolitanos. O crescimento da população e da expansão urbana avançou cada vez mais no sentido centro-periferia, principalmente na direção da Baixada Fluminense, devido aos processos de gentrificação na capital metropolitana e ao baixo custo de vida nas áreas periféricas.

No início dos anos 2000, também houve um avanço nas políticas públicas territoriais, as quais visavam um maior controle da expansão urbana associado à construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas. A criação do Estatuto da Cidade (EC) em 2001 foi um marco legal e institucional da política urbana nacional, consolidando as inúmeras propostas de reformas políticas, sociais e legais que marcaram a década de 1980. Esse estatuto determinou as diretrizes gerais, instrumentos e princípios voltados à promoção do direito à cidade e à gestão democrática do território, dos quais a obrigação da elaboração de planos diretores para municípios pertencentes a regiões metropolitanas foi determinada. Além disso, os planos deveriam sofrer revisões periódicas (a cada dez anos) e abranger todo o território municipal, incluindo a área rural. Muitos municípios desenvolveram seus planos diretores, porém, na maioria dos planos, as áreas rurais foram retiradas do planejamento municipal, principalmente em municípios metropolitanos. Esse foi o caso de Nova Iguaçu, que seguiu como exemplo o Plano Diretor da capital metropolitana.

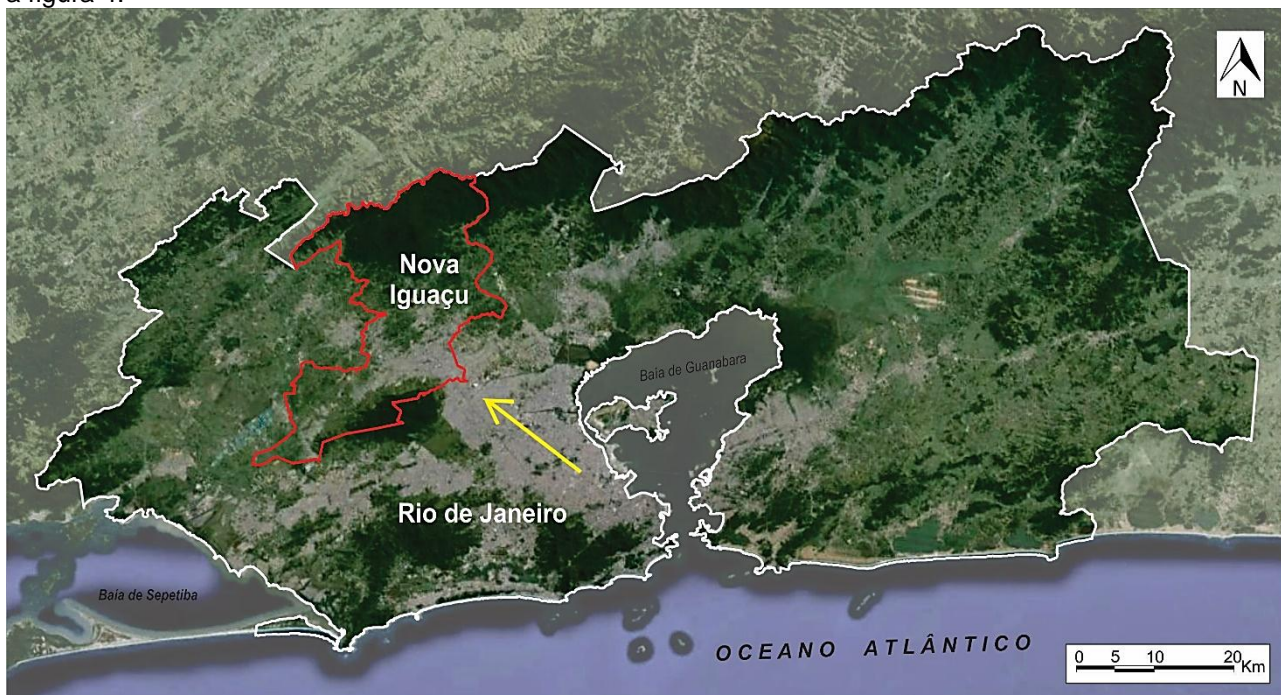
A questão metropolitana acabou não fazendo parte do EC, centralizado primordialmente na escala municipal e urbana, deixando uma lacuna na escala regional do território. Entretanto, nesse ano de 2015, foi aprovado pelo Governo Federal o Estatuto da Metrôpole, representando um marco legal que retoma o papel da questão metropolitana para o planejamento territorial. Atualmente, o desafio de superar a competitividade intermunicipal e o processo capitalista na produção do espaço, que acabou se desenvolvendo pelo empreendedorismo nos planos diretores locais, é grande. No processo histórico, alguns órgãos metropolitanos chegaram a ser extintos no Brasil, como a Fundação para o Desenvolvimento da RMRJ (FUNDERM), que era responsável pelo planejamento metropolitano. A RMRJ é apresentada na figura 3, com destaque aos atuais limites de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.



Figura 3: Localização do município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense da RMRJ. Elaboração própria a partir de dados da CEPERJ (2014) e Google Earth (2015).



O município de Nova Iguaçu um dos 21 municípios que compõem a RMRJ, situado ao Norte da capital do Rio de Janeiro. Do total dos municípios metropolitanos, oito possuem 100% de população urbana e os demais entre 80% à 99% (IBGE, 2010). Nova Iguaçu encontra-se no limite de 98,9% de população urbana e 1,09% rural em um território de 521,249 km<sup>2</sup>. Grande parte dos atuais assentamentos rurais metropolitanos da Baixada Fluminense estão localizados nesse município, onde a questão rural e urbana continua sendo pauta recorrente na disputa pelo processo de produção do espaço. A expansão da malha urbana metropolitana segue crescendo do centro da capital metropolitana em direção a Nova Iguaçu, como mostra a figura 4.



**Figura 4: Malha urbana metropolitana da RMRJ e município de Nova Iguaçu.**  
Elaboração própria a partir de dados da CEPERJ (2014) e Google Earth (2015).

Essa expansão urbana metropolitana ainda tem como resistência o processo de luta pela terra dos movimentos sociais rurais locais, principalmente em Nova Iguaçu. O histórico da disputa entre o espaço urbano e o rural é a principal marca do processo de planejamento territorial presente nesse município.

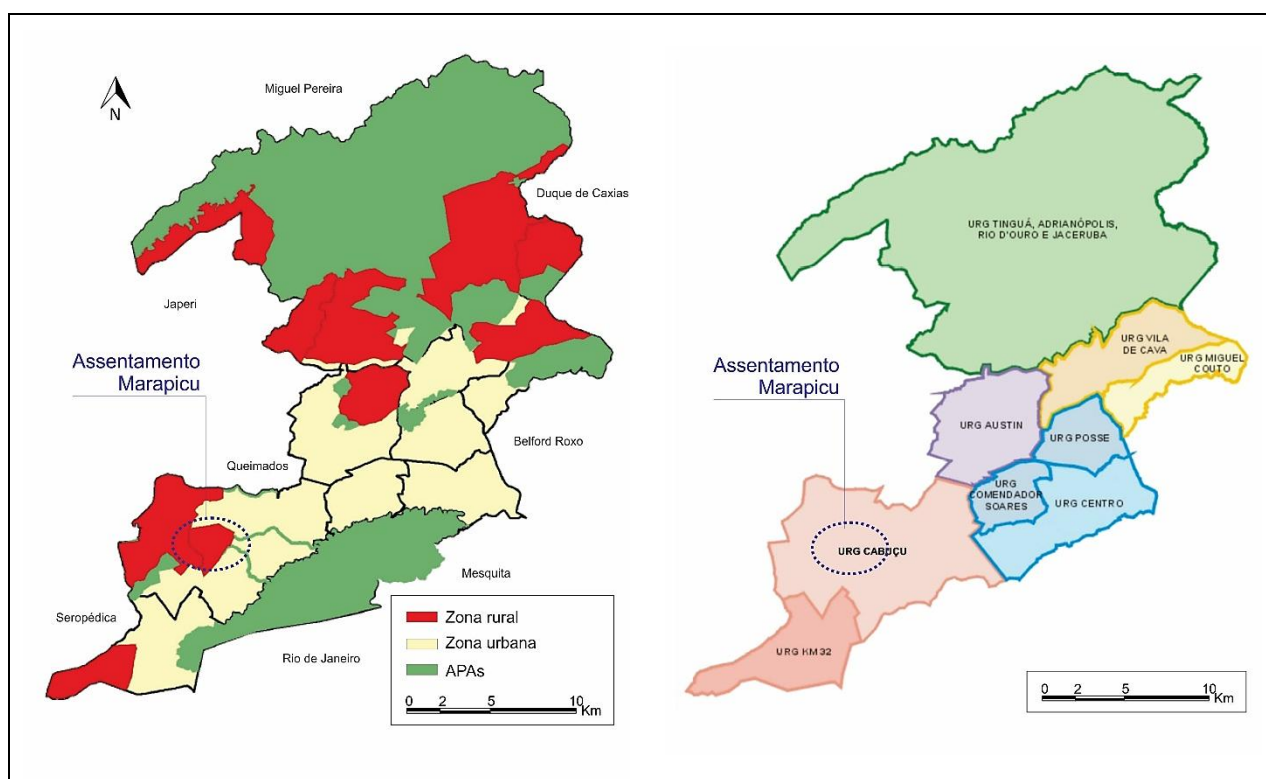
### 3.3 Planejamento Territorial de Nova Iguaçu

Nova Iguaçu revisou seu plano diretor em 1997, no mesmo período em que definiu as Unidades Regionais de Governo (URG), a fim de buscar frear as emancipações dos distritos rurais. O plano diretor de 1997 tinha como meta o fortalecimento econômico e urbano do município e, por isso, retirou o espaço rural de seu planejamento territorial. A partir de então, o perímetro urbano passou a ser os limites municipais da então chamada "Cidade de Nova Iguaçu" - reafirmando sua característica urbana, contrária à realidade local. Uma das justificativas foi o aumento da arrecadação de impostos municipais, como o Imposto Predial Territorial (IPTU), ao invés do Imposto Territorial Rural (ITR), pois esse é um imposto federal voltado às áreas rurais. As áreas rurais existentes passaram a fazer parte de um Cinturão Verde, resgatando o conceito do Plano Geral de Saneamento da década de 1940. Esse cinturão, definido como Zona de Transição no zoneamento territorial, compreendendo as atividades rurais caracterizadas como agricultura urbana e pecuária de pequena escala, com ocupação de baixa densidade e edificações dispersas (Nova Iguaçu, 1997).

Na perspectiva desse plano, havia uma nova visão de cidade propícia para a expansão urbana do território municipal e metropolitano. Com isso, a população rural foi praticamente extinta pela ação do Estado, o que contribuiu novamente para expulsões nas disputas de terras rurais. Além disso, os trabalhadores rurais se tornaram trabalhadores urbanos, ou melhor rurais-urbanos, pois praticavam a pluriatividade (rural e urbana) - típica dos espaços de interface rural-urbana. A proposta estava voltada a homogeneizar o território, desconsiderando a diversidade de atores sociais rurais, principalmente os assentados da reforma agrária que se encontravam em processos de regularização fundiária. Não era possível regularizar assentamento rural em área urbana. Esta era a mesma lógica de desenvolvimento da capital metropolitana na década de 1990, pautada em um modelo de cidade empresa, que visava o potencial competitivo de cidade. Segundo

Souza (2013), a ideia principal era desenvolver Nova Iguaçu como um centro metropolitano comercial, logístico-industrial e de lazer da RMRJ.

Porém, em 2004, uma nova gestão política entrou no Governo Municipal, modificando em essa situação, principalmente em relação à questão rural. O novo governo buscou desenvolver um modelo de cidade mais democrática e participativa, incorporando as demandas dos movimentos sociais, mas também mantendo a visão da cidade como um centro metropolitano. Uma nova revisão do plano diretor de 1997 ocorreu em 2008, na qual as áreas rurais retornaram ao planejamento territorial. Nova Iguaçu voltou a se dividir em Zona Urbana e Zona Rural. Porém, como na maioria dos planos diretores, a área rural ficou definida apenas como a parte do território que não é urbana. A Zona Rural foi agrupada às Áreas de Proteção Ambiental (APAs), formando a Macrozona de Uso Sustentável (Nova Iguaçu, 2011). Porém, não houve ainda uma definição clara e espacializada do perímetro urbano, deixando as delimitações entre o rural e urbano pouco claras. Administrativamente, o território continuou dividido nas nove URG, dentre as quais a URG Cabuçu (Distrito Rural de Cabuçu) é onde se localiza o Assentamento Marapicú. A figura 5 apresenta a localização desse assentamento no contexto geral do atual planejamento territorial (entre Zona Rural, Zona Urbana e APAs) em URG Cabuçu.



**Figura 5: Assentamento Marapicú no planejamento territorial de Nova Iguaçu**

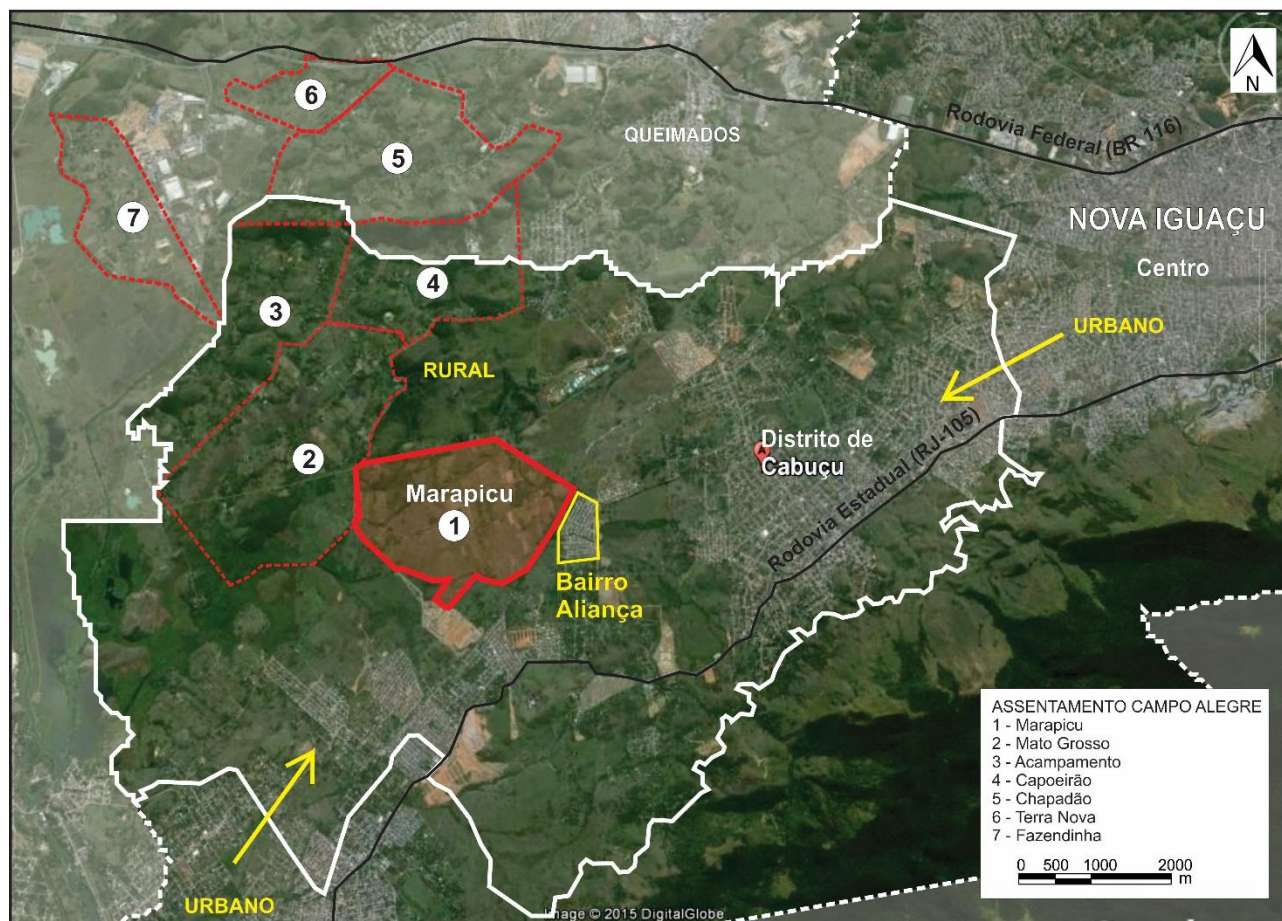
Elaboração própria a partir de dados de Souza (2013)

Como mostra a figura anterior, o Assentamento Marapicú situa-se no limite entre a Zona Rural, na Macrozona de Uso Sustentável, e a Zona Urbana, na Macrozona de Expansão Urbana. Essa última é caracterizada pelas áreas desocupadas, ou pouco ocupadas, situadas no entorno da área urbanizada. Grande parte da Zona Rural à Oeste do assentamento corresponde aos demais assentamentos rurais locais. Nas demais orientações (Norte, Sul e Oeste), o assentamento está limitado pela área de expansão urbana, caracterizada por empreendimentos imobiliários residenciais recentes, áreas irregulares e complexos de logística industrial. Há uma proximidade grande entre as áreas rurais e urbanas, configurando espaços que compartilham uso do solo e práticas sócio-espaciais urbanas e rurais no mesmo território, ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas (Sposito, 2006). Esses são os espaços de interface rural-urbana de Nova Iguaçu.

Durante o período entre os planos diretores de 1997 e 2008, foi cobrado o IPTU dos assentamentos rurais. Porém, a maioria não teve condições de pagar. No caso de Marapicú, o município isentou a dívida do IPTU e passou a propriedade para os assentados, transformando-o no primeiro assentamento municipal do País - normalmente as propriedades dos assentamentos são federais. Concomitantemente à implementação do

plano de 2008, foi iniciado o processo de regularização fundiária desse assentamento, sendo concluída em 2012, através de acordos entre os entes federativos (municipal, estadual e federal).

A ocupação das terras rurais dos assentamentos em Nova Iguaçu iniciou em 1985. O primeiro assentamento foi o Campo Alegre, que hoje divide-se em sete regionais, das quais o assentamento Marapicú é uma delas. Além desse, há também Mato Grosso, Acampamento, Capoeirão, Chapadão, Terra Nova e Fazendinha. Os quatro primeiros pertencem hoje a Nova Iguaçu e os demais a Queimados – município emancipado. Além de assentamento rural, Marapicú também é considerado um bairro do município, dentro do Distrito de Cabuçu. A figura 6 apresenta os limites desse distrito em relação ao centro de Nova Iguaçu, a localização do Bairro/Assentamento Marapicú, Bairro Aliança (local de residência de alguns assentados de Marapicú) e dos demais assentamentos citados.



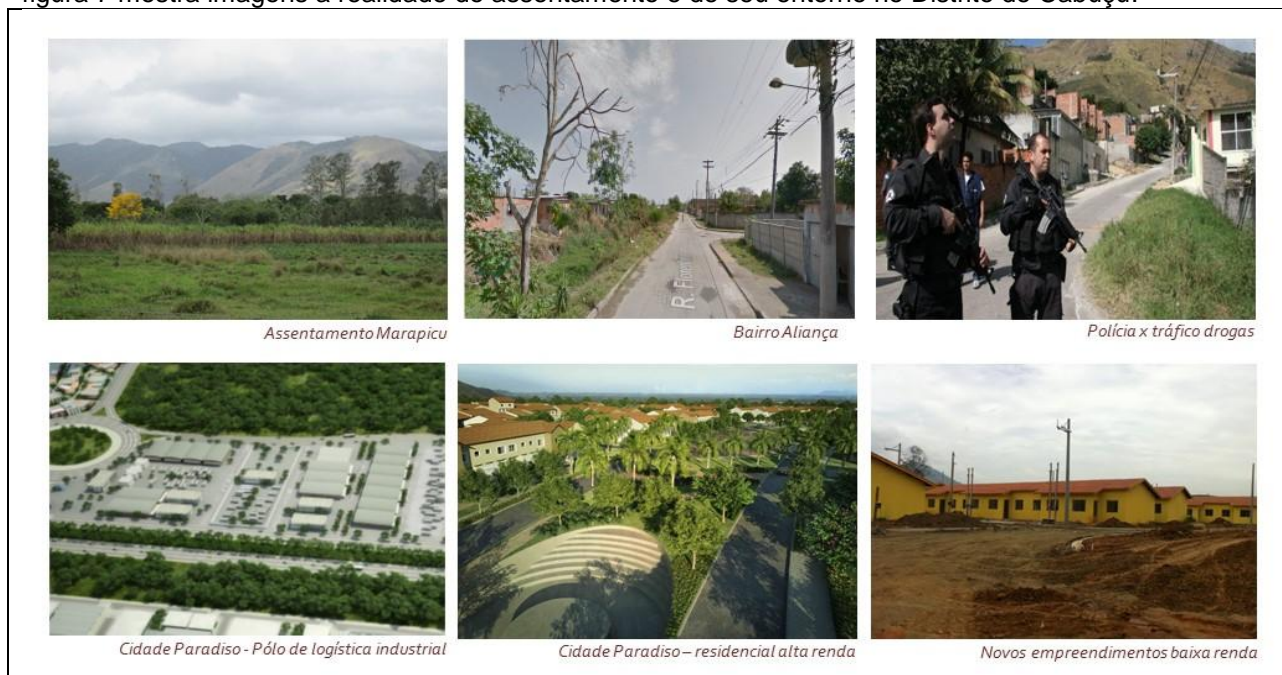
**Figura6: Assentamento Marapicú no Distrito de Cabuçu - Nova Iguaçu**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Souza (2013) sobre imagem Google Earth (2015)

Os vetores de urbanização nesse distrito provêm do centro de Nova Iguaçu e de áreas conurbadas dos municípios vizinhos, conforme mostra a figura anterior. Cabuçu apresenta um crescimento da expansão urbana sobre os espaços rurais, através dos loteamentos de média e baixa renda (legais e ilegais). Os conjuntos habitacionais de baixa renda têm se intensificado, dado os baixos custos de implementação associados aos incentivos socioeconômicos governamentais. A área rural no entorno de Marapicú caracteriza-se pelos assentamentos rurais e sítios de lazer, além de um polo industrial e logístico. As áreas irregulares compreendem comunidades pré-existentes de periferia urbana que têm sérios problemas de violência, principalmente em função do tráfico de drogas, o qual vem influenciando negativamente as atividades agrícolas e a permanência dos assentados em seus lotes.

As relações de vizinhança desenvolvidas pelos assentados de Marapicú ocorrem mais diretamente com o Bairro Aliança, limítrofe ao assentamento, onde alguns assentados também residem devido à falta de segurança existente dentro do assentamento. Quando ocorreu a ocupação de Marapicú, existia no Bairro Aliança um conjunto habitacional dos anos de 1980, que havia sido invadido pela população local por estar abandonado e sem infraestrutura urbana básica, ou seja, uma ocupação urbana ao lado de uma ocupação

rural. Na realidade, as terras de Marapicú estavam previstas para serem conjuntos habitacionais urbanos. A figura 7 mostra imagens a realidade do assentamento e de seu entorno no Distrito de Cabuçu.



**Figura 7: Imagens do Assentamento Marapicú e de seu entorno no Distrito de Cabuçu.**

Fotos próprias (2014) e a partir de Google Earth Street View (2011).

A interação rural-urbana nesse assentamento é histórica e continua atrelada às ações governamentais de planejamento territorial desde sua ocupação. Na perspectiva dos assentados, atualmente Marapicú consiste em um “oásis no meio do asfalto”, segundo a presidente da associação de moradores. Mesmo com a pressão da expansão e da violência urbana de seu entorno, os assentados seguem buscando alternativas para continuarem suas atividades em modo de vida rural.

### 3.4 Organização Interna do Assentamento

A área total do assentamento é de 276 hectares, divididos em 92 lotes. Cada família tem um lote de 3 hectares (módulo rural local) para a moradia e a produção de alimentos. Somente 55 famílias receberam o título de propriedade da terra, as demais encontram-se com problemas de cadastramento ou falta de documentação. Das 55 famílias, seis efetivamente moram e trabalham em seus lotes. As demais dividem suas atividades nos bairros do entorno, desenvolvendo atividades urbanas e rurais concomitantemente (pluriatividades). Outros aspectos que influenciam essa condição rural-urbana são as más condições de estrutura e infraestrutura na área do assentamento. Há falta de infraestrutura de água e saneamento básico, pois eles não conseguem acesso a esses serviços por serem atrelados aos serviços prioritários das áreas urbanas. Há também problemas ambientais, como a poluição dos rios próximos e depósitos do lixo urbano que se expandem na região, característicos da periferia urbana. Mas o principal problema atual levantado pelos assentados está relacionado à falta de controle da acessibilidade e da circulação. A única estrada interna do assentamento se tornou uma rota de fuga dos traficantes de comunidades vizinhas, assim como rota de busca da polícia local, não sendo possível muitas vezes o fechamento das porteiças dos lotes para que a polícia entre com facilidade. Isso tem prejudicado as atividades produtivas e a segurança do local.

Por outro lado, os assentados possuem uma organização interna através de sua associação de moradores e sua escola rural. A escola é localizada fora do assentamento, que é aberta à comunidade do entorno, representando esse movimento social e a resistência de suas práticas rurais (Souza, 2013). A associação de moradores, presidida pela mais antiga assentada (Dona Auxiliadora), é um espaço de reunião mensal que ocorre na casa de um dos assentados, prioritariamente no assentamento. Há um lote coletivo que tem uma pequena construção e recentemente um viveiro de mudas, porém, encontra-se sem utilização devido aos constantes assaltos. A figura 8 mostra algumas imagens da área do assentamento: a estrada interna; uma construção inacabada em um dos lotes individuais; a estrutura do viveiro de mudas desativada no lote coletivo; uma das reuniões da associação de moradores; a presidente da associação; e a residência dessa liderança no Bairro Aliança.



**Figura 8: Imagens atuais do Assentamento Marapicú e Vila Aliança**  
Fotos próprias (2014).

O Assentamento Marapicú representa um dos espaços de resistência do rural em meio à expansão urbana de Nova Iguaçu - município historicamente marcado pela disputa de terras entre o movimento social rural e o planejamento territorial desenvolvido pelo Estado, com apoio da especulação imobiliária no periurbano metropolitano do Rio de Janeiro. Por não haver uma definição clara do que seja um espaço de interface rural-urbana e nem dos limites entre o espaço urbano e rural, os conflitos são mais intensos e complexos. Porém, esse assentamento, assim como outros da Baixada Fluminense, tem se apropriado dos processos sócio-políticos locais, como a participação na revisão do atual plano diretor municipal de 2008 que contribuiu para o retorno da Zona Rural. Mesmo que estejam com inúmeros problemas e com uma precariedade em sua condição de vida na área do assentamento, continuam lutando por alternativas de sobrevivência, entre atividades definidas como rurais ou urbanas. Permanecem com o objetivo de resistir como um espaço diferenciado dentro da área de expansão urbana do município, que também representa uma expansão urbana metropolitana da capital do Rio de Janeiro.

Não há ainda uma proposta de planejamento na escala metropolitana que busque incorporar essa realidade. No caso do Rio de Janeiro, não há um planejamento integrado metropolitano, nem mesmo um órgão de gestão e planejamento nessa escala atualmente. Os municípios têm se organizado de forma individual ou agrupados a outros com interesses locais, principalmente associados aos agentes privados que buscam a expansão econômica no território periurbano por ser mais acessível economicamente. Os poderes públicos municipal, estadual e federal ainda não têm uma articulação de gestão política e de planejamento que possa integrar as questões da política urbana e regional definidas nos marcos legais do Estatuto da Cidade e do atual Estatuto da Metrópole, inclusive do Estatuto da Terra. Assim, o espaço rural e o espaço urbano seguem desarticulados dentro de estruturas fragmentadas de políticas setoriais que não dialogam entre si. As políticas de governo se sobrepõem às políticas de Estado, as quais deveriam ser pensadas através de um planejamento territorial a longo prazo. O que ocorre, porém, são ações imediatistas e mudanças de planejamento a cada gestão política local.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As definições, relações e delimitações espaciais entre o espaço rural e urbano se encontram indefinidas no território, pois os conceitos ainda são utilizados de forma dicotômica e através da visão futura de expansão urbana inevitável, sem um reconhecimento da heterogeneidade dos espaços, principalmente rurais. Mesmo com algumas áreas de conhecimento e políticas públicas setorializadas, que trabalhem com o espaço rural e suas práticas socioeconômicas e culturais, ressaltem a importância de atualizar os conceitos do rural para

além do agrícola ou ambiental no território contemporâneo, para as áreas de planejamento urbano, o rural continua sem função específica para além de espaço futuro de expansão urbana. Devido a isso, os espaços de interface rural-urbana também não têm definições claras e encontram-se à margem das políticas públicas de planejamento territorial. A população que vive nas áreas de interface rural-urbana acaba buscando alternativas para resolver esses conflitos através da sua inserção em programas rurais ou urbanos, segundo conveniências.

O Assentamento Marapicú é um dos exemplos desse processo, uma vez que se encontra nos limites espaciais do rural e do urbano de Nova Iguaçu, os quais se modificaram de acordo com a gestão política e o planejamento territorial local. Por outro lado, em função do histórico de luta do movimento social rural na Baixada Fluminense, cujo o centro foi e continua sendo Nova Iguaçu, a questão rural segue fortalecendo-se e sendo reconhecida politicamente, graças à participação dos atores sociais que continuam lutando pela reforma agrária dentro de um território metropolitano. Mesmo com o histórico de pressões para a expansão da malha urbana metropolitana pelos especuladores imobiliários, que atualmente retornaram com força total e apoio governamental, através de programas habitacionais voltados à baixa renda, a resistência dos assentados tem sido mais forte, apesar dos poucos recursos e condições precárias.

Esse assentamento enquanto um espaço de interface rural-urbana metropolitano apresenta uma série de questões a serem aprofundadas sobre os conceitos desse espaço, suas delimitações e características no território, bem como seu papel no planejamento territorial metropolitano. A partir desse caso, pode-se perceber que há uma visibilidade maior dos conflitos fundiários ainda existentes no território contemporâneo no Brasil, dado o fato da RMRJ ser uma referência positiva e negativa das dinâmicas da cidade (e do campo), com suas redes e agentes na disputa pela produção do espaço. As práticas rurais têm sido reconhecidas na cidade através da procura cada vez maior por produtos agrícolas menos industriais por parte da população consumidora do centro urbano, como os produtos da agricultura familiar proveniente dos assentamentos da reforma agrária do Rio de Janeiro. Desta forma, a priorização do urbano sobre os espaços e práticas rurais começa a ter possibilidades de ser questionada e aprimorada para novas perspectivas dentro do planejamento territorial de regiões metropolitanas, as quais também reiniciam um processo de valorização enquanto uma escala administrativa e de gestão importante para territórios contemporâneos mais justos e democráticos, conforme as diretrizes nacionais de política urbana.

Este trabalho pretende contribuir com essa discussão, mostrando que ainda há muito a ser debatido sobre os espaços de interface rural-urbana, a partir de um espaço de diálogo e encontro entre o rural e o urbano, pois a interdependência entre ambos é explícita, tornando possível, assim, serem inseridos no planejamento do território metropolitano como espaços diferenciados. Este artigo consiste no início do processo de levantamento de campo, parte da pesquisa de doutorado anteriormente citado. Os conceitos-chave apontados servem para orientar a identificação dos conflitos e das diferentes perspectivas sobre a construção do território e sua interface rural-urbana. Portanto, busca-se uma continuidade dessa etapa através da análise do discurso dos agentes produtores do espaço citados (Estado e movimento social) e outros pertencentes à rede de agentes que atuam nesse espaço de interface rural-urbana, tais como empresários da construção civil, igreja, fazendeiros e técnicos. Para tanto, utilizará como método de abordagem sócio-espacial crítico a cartografia social, cuja a produção de mapas será desenvolvida com alguns agentes, a fim de explicitar as relações e distorções entre o seu discurso e as suas perspectivas atuais e futuras sobre o assentamento e o território metropolitano.

## 5 BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P. R. (2005). *A Evolução do Espaço Agrário Fluminense*. Revista GEOgraphia, ano 7, nº 13 (Rio de Janeiro).

CARNEIRO, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura (Rio de Janeiro)*, nº 11, 53-57.

CEPERJ (2014). *Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2014*. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Institucionais/instituicao.html> (Consulta 12/10/14).

GRAZIANO DA SILVA, J. (1997). O Novo Rural Brasileiro. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte.

GRYNSPAN, M. (2012). Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs). (2012). *Lutas Camponesas Contemporâneas: dilemas, condições e conquistas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

HAESBAERT, R. (2012). *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, D. (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: <http://censo2010.ibge.gov.br> (Consulta 05/02/2015).

IPEA (2013). *40 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

LÉFÈBVRE, H. (1976). *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península.

LINHARES, E.; et. al. (2002). *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

MIRANDA, L. I. (2008). *Planejamento e Produção do espaço em áreas de Transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife*. Tese de doutorado, Recife: UFPE.

NOVA IGUAÇU (1997). *Lei Complementar nº006, de 12 de dezembro de 1997*. “Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências”.

\_\_\_\_\_ (2011). *Lei Municipal nº4092, de 28 de julho de 2011*. Institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu, nos termos do artigo 182º da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e do Art. Nº14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu.

SÁNCHEZ, H. A. (2011). Lo Urbano-Rural en el Estudio de los Procesos Territoriais em México. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, C. B. (orgs). *Expansão Metropolitana e Transformação das Interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad.

SANTOS, M. (1994). *Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

SOUZA, M. L. (2010). *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, V. T. (2013). *Sociabilidade e Território de um assentamento rural próximo a área urbana: os laços entre o Assentamento Marapicú e o Bairro Aliança, RJ*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRRJ.

VEIGA, J. E. (2002). *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que parece*. Campinas, SP: Editora Autores Associados.